



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 26, DE 6 DE OUTUBRO DE 2025
Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, realizou-se, presencialmente, no edifício-sede da Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj, situado na Avenida Dezanete de Agosto, nº 2187, Casa Forte, em Recife, Pernambuco, e, virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno – CP, com a presença dos Conselheiros: Antonio Cesar Russi Callegari (Presidente), Cleunice Matos Rehem, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Gastão Dias Vieira, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Israel Matos Batista, Leila Soares de Souza Perussolo, Márcia Teixeira Sebastiani, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Maria Paula Dallari Bucci, Mauro Luiz Rabelo, Monica Sapucaia Machado e Otavio Luiz Rodrigues Jr., e a participação virtual dos Conselheiros: Celso Niskier, Henrique Sartori de Almeida Prado, Ilona Maria Lustosa Becskahazy Ferrão de Sousa e Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, registradas as ausências dos Conselheiros André Guilherme Lemos Jorge, Givânia Maria da Silva, Luciane Bisognin Ceretta, Ludhmila Abrahão Hajjar, Marcus Vinicius David, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e Paulo Fossatti. A sessão teve início com a Solenidade de Abertura que marcou o começo das atividades da Reunião Itinerante do Conselho Nacional de Educação – CNE, na Região Nordeste, precisamente em Recife/PE, e contou com a presença da Professora Márcia Ângela da Silva Aguiar, Presidenta da Fundaj; da Senadora Maria Teresa Leitão de Melo (Teresa Leitão); do Deputado Federal Rafael de Góes Brito (Rafael Brito), Relator do projeto do Sistema Nacional de Educação na Câmara dos Deputados; do Secretário de Educação de Pernambuco, Gilson José Monteiro Filho (Gilson Monteiro Filho); da Secretária de Educação de Recife, Cecília Cortez da Cunha Cruz (Cecília Cruz); do Representante do Ministério da Educação – MEC, o Secretário-Executivo Adjunto Rodolfo de Carvalho Cabral (Rodolfo Cabral), e demais autoridades. Feita a nominata dos componentes da mesa de abertura, o mestre de cerimônias passou a palavra às autoridades para as saudações iniciais. A Senadora Teresa Leitão destacou a importância estratégica do CNE Itinerante para aproximar o Conselho das regiões e gestores locais. Informou sobre a urgência na aprovação, no Senado Federal, do Projeto de Lei que institui o Sistema Nacional de Educação – SNE, recentemente aprovado na Câmara dos Deputados, e a necessidade de inclusão dos fóruns estaduais e municipais no texto legal, de modo a fortalecer o regime de colaboração entre as esferas federativas. A senadora ressaltou que o momento é de grandes definições para a educação brasileira e que o papel do CNE é fundamental na consolidação de um Plano Nacional de Educação - PNE democrático e emancipador. Encerrou sua fala destacando o simbolismo histórico de Pernambuco nas lutas pela autonomia e soberania nacional, fazendo referência à Confederação do Equador. O Vice-Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CEB/CNE, Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho saudou os participantes e justificou a ausência da Presidenta da Câmara de Educação Básica, Professora Givânia Maria da Silva, que se encontrava em tratamento de saúde. Agradeceu à Fundação Joaquim Nabuco pela acolhida e destacou a importância do caráter democrático e inclusivo das reuniões itinerantes do CNE. Defendeu a realização de políticas públicas educacionais que garantam o direito à educação para todas as pessoas, com ênfase no enfrentamento das desigualdades regionais e na ampliação do acesso e permanência na escola. Mencionou a criação, no âmbito do Conselho, do “Fórum dos 200 Dias Letivos”, voltado à defesa do direito de aprendizagem das crianças. Repudiou



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 26, DE 6 DE OUTUBRO DE 2025
Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno

ataques e tentativas de cerceamento ao acesso de grupos sociais aos cursos de ensino superior, reafirmando que a educação é um direito de todos e deve ser instrumento de cidadania e inclusão. Enfatizou a necessidade de garantir inclusão e direito à educação para todos, denunciando ataques às políticas afirmativas e defendendo a democracia e a participação social. O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE, Conselheiro Otávio Luiz Rodrigues Jr. saudou os presentes e parabenizou a iniciativa do CNE de realizar encontros itinerantes, destacando a importância do diálogo direto com a sociedade. Em sua fala, fez referência à teoria da “Constituição Aberta”, de Peter Häberle, enfatizando que a construção normativa deve incluir a participação popular e a escuta pública, a exemplo do que realiza o Conselho Nacional de Educação. Ressaltou a relevância da participação social e da construção normativa aberta, que aproxima o CNE da sociedade e fortalece a democracia educacional. Lembrou o legado histórico de Pernambuco, como território de lutas democráticas e federalistas, relacionando a trajetória pernambucana com o ideal de acesso universal aos bens e serviços públicos, entre os quais a educação. Concluiu destacando que o CNE, ao se aproximar das comunidades, “se faz povo e pede ao povo que se faça Conselho”. A Secretária de Educação de Recife, Cecília Cruz, saudou o Presidente do CNE e demais membros da mesa, ressaltando a honra de sediar o evento em Recife. Destacou o compromisso da gestão municipal com a educação pública e de qualidade, reconhecendo a parceria contínua com o MEC e o CNE em pautas prioritárias para a educação nacional. Agradeceu a presença do CNE na cidade e destacou a importância do diálogo federativo para fortalecer políticas educacionais, especialmente educação integral e inclusão. Enfatizou a importância da escuta dos municípios, onde as políticas públicas se concretizam, e abordou temas como a expansão da educação integral, o atendimento na educação infantil e a valorização docente. Ressaltou que investir em qualidade educacional é ampliar a demanda pela escola pública e que essa é uma conquista que deve ser celebrada e sustentada. O Secretário Gilson Monteiro Filho, representando a Governadora do Estado de Pernambuco Raquel Lyra, destacou o esforço do Governo de Pernambuco em interiorizar as ações e políticas educacionais. Enfatizou que o regime de colaboração deve considerar as especificidades de cada território e a escuta ativa das comunidades escolares. Reforçou a necessidade de interiorização das políticas educacionais e da escuta das demandas regionais para garantir equidade. Reafirmou o compromisso do Estado com uma educação pública de qualidade e agradeceu ao CNE pela oportunidade de diálogo e construção conjunta de políticas que fortaleçam o sistema educacional brasileiro. O Secretário-Executivo Adjunto do MEC, Rodolfo Cabral, transmitiu saudação do Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, e parabenizou o CNE pela iniciativa das reuniões itinerantes. Enfatizou que a construção das políticas públicas de educação exige diálogo federativo e participação social. Ressaltou o papel do CNE na formulação normativa e na consolidação das políticas estruturantes do MEC. Destacou o valor histórico e simbólico de Pernambuco, como território de resistência e de formação cultural, e elogiou o trabalho da Fundação Joaquim Nabuco na preservação da memória nacional e na promoção da educação e da cultura. Finalizou reafirmando o compromisso do MEC com a educação pública de qualidade, do ensino infantil à pós-graduação, com a colaboração federativa e a escuta social. A Presidenta da Fundaj, Professora Márcia Ângela da Silva Aguiar deu as boas-vindas aos participantes e expressou



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 26, DE 6 DE OUTUBRO DE 2025
Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno

85 satisfação em sediar o evento, ressaltando a importância histórica da Fundaj e a defesa da
86 educação pública de qualidade social. Rememorou sua trajetória como ex-conselheira do CNE
87 e destacou a importância simbólica da realização da reunião itinerante na Fundaj, instituição
88 historicamente vinculada às lutas sociais e à produção do pensamento educacional no Nordeste.
89 Refletiu sobre os desafios contemporâneos da educação e defendeu a busca de uma “educação
90 de qualidade socialmente referenciada”, contrapondo-a à noção meramente quantitativa de
91 resultados. Enfatizou a importância da formação humana integral e da defesa da soberania
92 nacional, destacando o papel do CNE na construção de políticas educacionais comprometidas
93 com a justiça social e os direitos humanos. Por fim, o Presidente do CNE, Conselheiro Antonio
94 César Russi Callegari deu as boas-vindas a todos os Conselheiros e Conselheiras nacionais
95 presentes em Recife, saudou a Professora Marcia Ângela da Silva Aguiar, agradecendo a ela e
96 à toda equipe da Fundaj pelo acolhimento e cuidado na preparação da Reunião Itinerante do
97 Conselho Nacional de Educação. Saudou os presidentes das Câmaras do CNE; as Conselheiras
98 e Conselheiros estaduais e municipais presentes; os Secretários de Educação, do Estado e do
99 Município; o Deputado Federal convidado; e enfatizou a missão democrática do CNE e a
100 importância da participação social. Apresentou a programação da semana, que incluiria painéis
101 temáticos, diálogos com entidades educacionais e sessões públicas das Câmaras de Educação
102 Básica e Superior. Destacou pautas prioritárias como o Marco Referencial Docente, a
103 recomposição das aprendizagens, as diretrizes curriculares do ensino médio e a regulação do
104 ensino superior, além de debates sobre planejamento estratégico, educação integral e formação
105 docente, encerrando a Solenidade de Abertura. Em seguida, iniciou a mesa de discussão sobre
106 o Sistema Nacional de Educação – SNE, cujo relator do projeto na Câmara dos Deputados foi
107 o Deputado Rafael Brito, que iniciou sua fala saudando a todos os presentes nominalmente,
108 destacando o orgulho de participar do evento como Relator do Sistema Nacional de Educação
109 - SNE e Presidente da Frente Parlamentar da Educação no Congresso Nacional. Relatou o
110 processo de construção do texto do SNE, do avanço histórico do projeto e destacou que a
111 aprovação do SNE é um marco aguardado desde a Constituição de 1988, após décadas de
112 tentativas frustradas de aprovação e fruto de diálogo com diferentes bancadas e entidades
113 educacionais, destacando o caráter plural e democrático da proposta aprovada na Câmara.
114 Apresentou os avanços do projeto do SNE, da construção do texto, que foi baseado em
115 relatórios de anos anteriores (2012, 2014, 2019, 2020) e fruto de ampla negociação com todas
116 as bancadas (da esquerda à direita) e frentes parlamentares para garantir consenso, destacando
117 que o texto buscou a preservação da autonomia federativa, a criação de fóruns de pactuação e
118 a importância da infraestrutura nacional de dados educacionais. Explicou que o principal
119 objetivo do SNE é garantir coordenação federativa, autonomia dos entes e institucionalização
120 de espaços de pactuação entre União, Estados e Municípios, como as comissões tripartites e
121 bipartites para pactuação de políticas públicas, evitando a sobreposição de ações e recursos.
122 Pontuou que como elementos inovadores estão a inclusão da Infraestrutura Nacional de Dados
123 da Educação - INDE para integrar informações e apoiar decisões, e a referência ao Custo Aluno-
124 Qualidade – CAQ. Abordou, ainda, temas como financiamento e fortalecimento dos conselhos
125 de educação. Ressaltou que o SNE visa à superação das descontinuidades nas políticas
126 educacionais e ao fortalecimento dos mecanismos de colaboração federativa e de planejamento



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 26, DE 6 DE OUTUBRO DE 2025
Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno

127 de longo prazo. O Deputado argumentou que a aprovação do SNE poderá impactar no
128 fortalecimento dos Conselhos Estaduais e Municipais, por meio de fóruns de articulação e a
129 redução de desigualdades regionais e melhoria da governança educacional e finalizou sua fala
130 afirmando que o texto aprovado é “o melhor possível” para viabilizar o SNE, mas que poderá
131 ser aprimorado no futuro e reforçou que a educação deve ser política de Estado, com
132 continuidade e participação social. O Presidente do CNE, com a palavra, agradeceu ao
133 Deputado Rafael Brito pela participação e pontuou que o Sistema Nacional de Educação,
134 fortalece o Conselho Nacional de Educação ao fortalecer o sistema de representação, de
135 consulta e de diálogo, no âmbito das unidades federativas do Brasil. Nada mais havendo a
136 tratar, o Presidente do CNE agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão, às dezoito horas
137 e trinta e cinco minutos e, para constar, eu, Luciana Pereira Gomes Borges de Oliveira, lavrei
138 esta ata que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pelo Presidente da
139 Sessão, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari. Recife, seis de outubro do ano de dois mil
140 e vinte e cinco.